

BRUNO LEVI¹

(Trieste, Itália, 1924; S. Paulo, Brasil, 2010)



Os irmãos Bruno e Nora Levi, s. d.
Fotógrafo não identificado.
Acervo: Levi/SP; Arqshoah-Leer/USP.

1 Entrevistas concedidas por Bruno Levi a Maria Luiza Tucci Carneiro em 1997; a Silvia Levi Moreira e a Anna Rosa Bigazzi em 28.8.2007, na cidade de S. Paulo. Iconografia: Nanci Souza e Samara Konno. Transcrição: Maria Luiza Tucci Carneiro. Pesquisas: Blima Lorber e Maria Luiza Tucci Carneiro. Acervos Arqshoah-Leer/USP e Arquivo Histórico Judaico Brasileiro.

Minhas raízes ítalo-judaicas

Nasci em 15 de março de 1924, filho de Mario Elio Levi e Igéa Furlanetto Levi, sendo a minha família oriunda de Trieste, na Itália. Eu diria que era uma família da pequena burguesia. Minha irmã chamava-se Nora Levi. Meu pai era o filho mais velho de Girolamo Levi e Elvira Levi que, tiveram mais cinco filhos que, com muito sacrifício, conseguiram estudar e se formar. Chamavam-se: Carlos Alberto Levi, Edmondo Levi, Ema Mayer, Giudita (Ita) Brunner, Vittorio Levi e Giuseppe Levi. Meu pai, no entanto, sacrificou os estudos universitários para poder trabalhar e ajudar a sustentar a família, porque meu avô Girolamo era uma pessoa doente que não tinha condições de arcar com todas as responsabilidades.



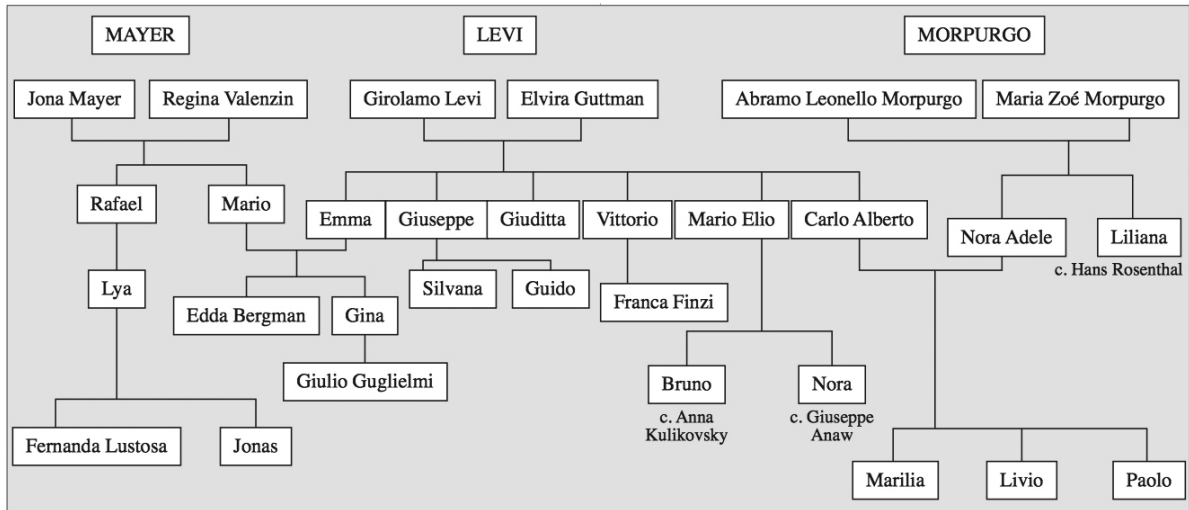
Trieste, cidade natal de Bruno Levi.
Google Maps.

Minha mãe Igéa nasceu em Trieste, em 19 de setembro de 1894, sendo filha de Giovanni Furlanetto e Elvira Morterra Furlanetto. Meu avô Giovanni era um católico muito religioso, e minha avó Elvira era judia, neta de um rabino. Pode-se imaginar o que significava um casamento misto em Trieste, na década de 1870! Ambos vieram para o Brasil conosco por ocasião da nossa emigração.

Meu tio, Carlos Alberto Levi, estudioso das tradições judaicas, organizou nossa árvore genealógica, e, graças a essa pesquisa, ficamos sabendo que nossa família tinha suas raízes em 1700, oriunda de um imigrante que fugiu da Inquisição espanhola. Muitas das famílias

Bruno Levi

italianas judaicas têm origem que remonta a muitos séculos, como demonstra uma outra árvore genealógica organizada por Giuseppe Anau, que em 1940 casou-se com minha irmã Nora.



Árvore genealógica das famílias Mayer, Levi e Morpurgo, de origem sefardi.
Acervo: Levi/SP; Arqshoah-Leer/USP.



Os irmãos Bruno e Nora Levi, provavelmente em Trieste, Itália, s. d.
Fotógrafo não identificado.
Acervo: Levi/SP; Arqshoah-Leer/USP.

Trieste, nessa época, já era uma cidade decadente, afetada pela crise. Antes havia sido o principal porto do Império Austro-Húngaro. Depois da guerra de 1914, perdeu sua importância, permanecendo italiana como era desejo dos triestinos. Meu pai fez parte desse grupo de libertadores, chegando mesmo a arriscar a própria vida. Essa luta de independência foi uma utopia, um sonho, porque a Itália não precisava de Trieste como porto. Tratava-se de puro ufanismo. Os mais exaltados gritavam: “Trieste italiana! Trieste italiana!”. Essa situação fez com que muitas famílias procurassem outras cidades ou, até mesmo, deixassem o país.



Família Levi reunida para o *Bar Mitzvá* de Bruno Levi (jovem à direita). Da esquerda para a direita, em pé: Eda, Carlos Alberto Levi, Vítório Levi, José e Ema Levi. Ao centro: a avó de Bruno Levi, Elvira Levi. Milão, 1937. Fotógrafo não identificado. Acervo: Levi/SP; Arqshoah-Leer/USP.

Em Trieste, meu pai era proprietário de uma grande fábrica de móveis – Mario Elio Levi Mobili –, uma das maiores da Europa. Tinha como sócio Maurício Steiner, e, até 1929, vivemos opulentemente com dois carros em Vittorio Veneto. Mas acabou indo à falência por causa da crise econômica que abalou o mundo nesse final de década.

Quando nasci em 1924, a Itália já estava em meio aos conflitos entre fascistas e comunistas, razão que dividia o operariado italiano. Essas lutas internas colaboraram para a decadência dos negócios da nossa fábrica, somando-se à crise econômica de 1929. Foi quando meu pai começou a trabalhar como corretor de seguros e nos mudamos para Milão, onde o mercado de trabalho era mais interessante.

Um grupo de triestrinos judeus concentrou-se em Roma e Milão, como foi o nosso caso. Os judeus, pelos valores do judaísmo, sempre lutaram pela liberdade que garantisse a sua identidade,

Bruno Levi



Bruno Levi fazendo a saudação de escoteiro. Milão, 1934.
Fotógrafo não identificado.
Acervo: Levi/SP; Arqshoah-Leer/USP.

prosperidade e integração. Daí a importância de algumas famílias de judeus italianos, muito respeitadas pela comunidade judaica e reconhecidas pela sua importância econômica. Lembro aqui as famílias Arnstein e Stock, aquela dos licores.

Como todos os outros jovens italianos fui *balilla*, vanguardista, e depois chefe de grupo. Eu achava ótimo, pois com 14 anos isso me dava um certo *status*... Inclusive me permitia praticar esportes, o que, por pertencer a uma família de classe média, teria sido difícil; eu fazia parte de um grupo de esquiadores.

O. N. B. MILANO
COMITATO PROVINCIALE MILANO
1647ª Legione Balilla Moschetti
"IVO OLIVETTI"

Corte
Centuria
Manipolo
Squadra
Tessera N. 51.

FOGLIO NOTIZIE

Cognome e Nome Levi Bruno
Figlio di Mosè e di Euroletta Sgarbi
Nato il 10 Novembre 1924 a Cremona
Abitante in Montebello Via Vanvitelli N. 1 Tel. 26-21-24
Frequentante la classe III^a Sez. B presso l'Istituto Ginn. Beccaria
iscritto all'O. N. B. dall'Anno 1932 E. F. X
Grado (*) caposquadra Proveniente dalla Legione 1647^a
(per i capo squadra) Promosso il 28/10/1934 con punti 71

REPARTO SPECIALE AL QUALE INTENDE ISCRIVERSI (*)

ARMATI (L. 80. — per moschetto)
SCIATORI (L. 10. — per iscrizione)
CAVALLEGGERI (Quota da fissarsi)
PRONTO SOCCORSO
PORTA ORDINI
CICLISTI (è necessaria la bicicletta grigio verde) (2)
TELEGRAFISTI
SEGNALATORI
TAMBURINI
TROMBETTIERI

Ha la divisa? manca di qualche capo?

Intende inoltre iscriversi al corso di Capo Squadra? (si o no)
Se Capo Squadra Moschettiere intende iscriversi al Corso di Capo Manipolo? (si o no)
Se Capo Squadra Escursionisti intende iscriversi al corso di perfezionamento? (si o no)

Milano, 23/10/36 Anno XIV E. F.
Il Delegato Mario E. Levi
Il Padre Bruno Levi
Professione del Padre

MARIO E. LEVI
(firma)

(1) Embire il regolare diploma. - (2) Sottolineare i reparti a cui intende iscriversi.

Formulário de inscrição de Bruno Levi como *balilla* na O. N. B.,
Comitato Provinciale di Milano, 23.10.1936.
Acervo: Levi/SP; Arqshoah-Leer/USP.

O antissemitismo na Itália fascista

Realmente, até então, não havíamos sentido antissemitismo na Itália. Acontecia de uma pessoa insultar a outra de diferentes nomes, mas nunca de “judeu”. Esse tipo de insulto vim conhecer aqui no Brasil. Os guetos não existiam mais na Itália com o sentido de exclusão que tinham na época medieval. Algumas famílias ainda mantinham comércio instalados nesses locais, como em Trastevere, em Roma. Até hoje, ainda existe em Roma o gueto judeu que se transformou em um local sofisticado, com muitas lojas e restaurantes que preservam a culinária judaica. Por exemplo, o restaurante Piperno onde se comem as famosas alcachofras conhecidas como *carciofi alla giudia*. Divinas!

Os judeus viviam integrados à vida italiana, tanto que o almirante Sarfatti, *capo de armata* de Mussolini, era judeu. Uma das amantes de Mussolini (que era um grande mulherengo) chamava-se Margherita Sarfatti, judia sefaradi, também uma das biógrafas do *Duce*.^A Um amigo do meu pai, Lino Windspach, era o *gerarca* número 1 do fascismo em Milão. Ele conseguiu emigrar para Caracas com toda a família, e o coronel Umberto Beer, do Exército italiano, veio para o Brasil.^B

O próprio Mussolini, em 1937, chegou a pronunciar-se a favor dos judeus dizendo que nós fazíamos parte da nação, o que era verdade mesmo. Assim, nós judeus nos sentíamos “italianos na Itália”. Isso até 1938 quando tudo mudou. Ele [Mussolini] vivia dizendo: “Acabarei com ele [Hitler]. Acabarei com aquele *farabutto*” – que em italiano quer dizer “canalha”. Concordo que o Exército

A- Margherita Sarfatti (1880-1961), nascida Grassini, uma importante família judia italiana. Era jornalista, crítica de arte e mecenas, chamada de “a mãe judia do fascismo italiano”. Em 1938, após Mussolini ter cedido à pressão alemã e promulgado as leis raciais na Itália, o antissemitismo não permitiu mais a presença de judeus no partido e, muito menos, nas universidades, em cargos públicos etc. Margherita conseguiu fugir para a Argentina e o Uruguai, onde trabalhou no jornal *El Diario*, de Montevideu. Mussolini, por sua vez, tentou fugir para a Suíça com o dinheiro do Banco d'Itália, mas foi interdito pelos *partisans* em Dongo. Ele e a amante Claretta Petacci foram julgados e fuzilados. Os corpos foram levados para Milão e expostos para execração pública na Praça Loreto. Em 1937, após a guerra, Margherita retornou à Itália, tornando-se uma pessoa influente na arte italiana.

B- Segundo Anna Rosa Campagnano, “O general Umberto Beer nasceu em Ancona e morreu em S. Paulo (1896-1979). Era filho de Ercole e Adelaide (Camerini) Beer. Foi ajudante de ordens do rei Vítor Emanuel III e era um dos soldados mais condecorados do Exército Italiano. Deixou inédita suas memórias *Và Fuori D'Italia, Doce Pinceladas de Umberto Beer*”. Trecho extraído de *Gerações Brasil. Boletim da Sociedade Genealógica Judaica no Brasil*, S. Paulo, v. 10, jun. 2001. Disponível em: <http://www.ahjb.org.br/pdf/jornal_jun01.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

italiano não era lá essas coisas, mas tinha condições técnicas de ir atrás dos alemães na Áustria. Mas, na prática, não deu certo. Caiu tudo no vazio, e Mussolini caiu nos braços de Hitler.

Para nós, judeus italianos, tudo começou a mudar em 1938 quando foram publicadas as primeiras leis raciais, segundo as quais os judeus não podiam frequentar escolas públicas, ter empregados “arianos”, não judeus. Mussolini anunciou pelo rádio as leis raciais, mas sua voz não era de quem acreditava no que estava dizendo. Parecia não estar convicto do que falava. Nós tínhamos em casa uma empregada chamada Rosinha, que ficou mal diante dessa nova situação. As escolas judaicas, que já existiam, foram organizadas para receber os alunos judeus, agora discriminados. Aliás, essas escolas tinham um corpo de ótimos professores, e muitos haviam sido expulsos das escolas estaduais de outras comunidades.

Nessa época, a nossa família estava espalhada por várias outras cidades: Turim, Milão e Trieste. Em setembro de 1938, por ocasião do *Rosh Hashaná** e *Yom Kippur**, Ano Novo judaico, meu pai decidiu reunir todos em nossa casa. Ele estava muito preocupado, pois acabara de retornar de Viena onde presenciara vários acontecimentos antissemitas. Soube também que as primas da minha tia Rina, as irmãs Oberdorfer, haviam sido presas e mortas em Auschwitz (não sei bem se nessa época ou mais tarde). Então meu pai disse a todos:

– Embora aqui não exista antissemitismo, pois os italianos têm outro caráter, a tendência é de a situação piorar, principalmente se pensarmos na aliança de Hitler com Mussolini. Os fatos se sucederão. Essa simples lei pela qual os judeus não podem mais estudar é apenas o começo! E mesmo que fosse somente isso, ou seja, se fosse apenas a discriminação quanto aos estudos dos nossos filhos, já seria uma razão para emigrar.

Meu pai estava certo. Perto de Trieste surgiram campos de concentração, entre os quais estava o Risiera de San Sabba, instalado em um antigo moinho de arroz, onde chegou a funcionar um crematório, o único na Itália desse tipo. Esse edifício, construído no final do século XIX, ficava no bairro periférico de San Sabba e integrava um grande complexo de edifícios da fábrica para o arroz-*husking*. Primeiro serviu como campo de prisioneiros e depois para aqueles que

seriam deportados para a Alemanha e Polônia, além de servir como depósito para os bens dos judeus.^A



Campo de concentração Risiera de San Sabba, onde funcionou um crematório, o único na Itália desse tipo. Em 1965, o edifício foi declarado monumento nacional, abrigando no local o Civico Museo della Risiera di San Sabba.

Fotógrafo não identificado.

Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/3/39/Risiera_di_San_Sabba_2.JPG/1200px-Risiera_di_San_Sabba_2.JPG>. Acesso em: 7 ago. 2017.

A- O *Moinho de arroz de San Sabba*, localizado em Trieste (Itália), é um edifício de três andares. Apesar de estar em território da República Social Italiana, a região estava sob o controle do *Terceiro Reich* com o nome de *Zona di Operazione dell'Adriatisches Küstenland*, por ser considerada de operações bélicas. Durante a ocupação nazista, foi transformado em um campo de prisioneiros temporário para soldados italianos capturados após 8 de setembro de 1943 e, no mês seguinte, foi estruturado como *Polizeihafilager* (polícia detenção Field), abrigando aqueles que seriam deportados para a Alemanha e Polônia, entre os quais estavam reféns, partidários, presos políticos e judeus. No térreo funcionavam oficinas de confecção e calçado onde trabalhavam os prisioneiros; os dormitórios para os oficiais e soldados da SS; e sete microcelas (antecâmaras da morte), sendo duas utilizadas para tortura e coleta de objetos apreendidos dos prisioneiros. De janeiro a março de 1944, os alemães converteram o local em um crematório projetado por Erwin Lambert, um *expert* que havia atuado em campos de extermínio na Polônia. Calcula-se que cinco mil pessoas tenham morrido nesse local.



Sala do edifício após a passagem subterrânea que ficou conhecida como “corredor da morte”, onde os prisioneiros, destinados à cremação, eram amontoados.

Fotógrafo não identificado. Disponível em: <<http://www.mjphotos.sitiwebs.com/page4.php?view=preview&category=13&image=88>>.

Acesso em: 7 ago. 2017.

O Brasil como refúgio

Pensamos assim: emigrar para onde?

O Brasil surgiu como uma possibilidade para a emigração, pois aqui tínhamos um parente: o “conde” Raphael Mayer (1894-1978) que havia emigrado para o país em 1926.^A Raphael ou Rafaele, irmão do meu tio Mario Mayer, havia feito fortuna e tinha contatos importantes com o governo brasileiro como Getúlio Vargas, de quem era amigo íntimo. Quando os Mayer vinham para o Brasil, costumavam hospedar-se na casa dele, ainda que muitos não perdoassem o fato de ele ser amigo de Getúlio Vargas. Mas, naquela época, meu tio era diretor do Banco Ítalo-Brasileiro e, em seguida, tornou-se proprietário do Banco Nacional da Cidade de S. Paulo. Porém, acabou muito mal economicamente, perdendo quase todos os seus bens e acabou na miséria.

Assim que Raphael recebeu notícias nossas, respondeu: “Pelo amor de D’us, todos devem vir para cá!”. Assim fizemos. Resolvemos então emigrar para o Brasil. Arranjar os vistos era algo muito complicado, pois a entrada no Brasil era dificultada por Circulares Secretas em vigor desde 1937. Foi preciso que meu tio, Carlos Alberto Levi, gerente da Assicurazione Generali de Gênova, fizesse um “arranjo” com o cônsul brasileiro local para conseguir os nossos vistos, mas não conheço detalhes desses trâmites. Sei apenas que foi essa mesma companhia que providenciou a transferência de Carlos Alberto para o Rio de Janeiro, onde passou a atuar como gerente da filial da Assicurazione. Ele foi o primeiro a emigrar, pois já havia morado no Brasil entre 1924 e 1930. Viajou a bordo do vapor Augustus em 1939.

A- Segundo Anna Rosa Campagnano, Raffaele Mayer chegou ao Brasil em um navio do Lloyd de Trieste como comissário de bordo. Encantou-se com o país e resolveu ficar. Sua filha chama-se Lia Lustosa que tem dois filhos, Fernanda e Jonas. Mais informações estão disponíveis em: <http://www.ahjb.org.br/pdf/jornal_jun01.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

Vozes do Holocausto

N.º.....

REGISTRO DE ESTRANGEIROS
DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE ENTRADA,
PERMANENCIA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS

NOME BRUNO LEVI REL ISRAELITA

Admitido em território nacional em caráter PERMANENTE (art. 24)

Nacionalidade ITALIANA "SOLTEIRO"

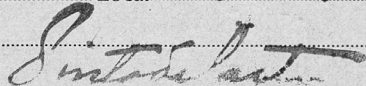
Pai MARIO ELIO LEVI Mãe IGEA FURLANETTO LEVI

Profissão ESTUDANTE

Carteira de identidade n.º 661.452 Registro n.º 102.940 EXP. Em 24-4-41.

Residência RUA VIEIRA DE CARVALHO Nº 122- SÃO PAULO.

Emprego.....:.....:.....:.....:..... Local.....:.....:.....
25-4-41.


DELEGADO DE FISCALIZAÇÃO DE ENTRADA,
PERMANENCIA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS

Mod. 162

Registro de estrangeiros de Bruno Levi admitido em território brasileiro em caráter permanente.
S. Paulo, 25.4.1941.

Acervo: Arquivo Nacional/RJ; Arqshoah-Leer/USP.

Viajamos com vistos temporários que, posteriormente, foram substituídos por permanentes até que, finalmente, nos naturalizamos em 1955, sendo os documentos assinados pelo próprio Getúlio Vargas, então presidente eleito. Depois veio o restante da família: 33 pessoas. Até hoje, lembro-me da família Cirri que foi se despedir na estação. Meu grande amigo de ginásio era Tino Cirri.

Na nossa bagagem não chegamos a trazer móveis, apenas roupas. Os móveis da nossa casa, remanescentes da fábrica de meu pai, foram vendidos em leilão, pois não tínhamos dinheiro suficiente para enfrentar a viagem.

Partimos de Gênova em fevereiro de 1939, a bordo do vapor Conte Grande, em direção ao porto de Santos onde desembarcamos em 23 de fevereiro de 1939. Emigraram minha mãe (Igéa Furlanetto Levi), meu pai (Mario Elio Levi), minha irmã (Nora Levi Anau) e meus avós maternos Girolamo e Elvira Furlanetto, como parte de um grupo de 33 pessoas. Nas vésperas da partida, minha avó teve pneumonia que à época era uma doença grave e, ao desembarcar em Santos, precisou de ambulância e não resistiu por muito tempo. Inesquecível

Bruno Levi

foi o momento em que o nosso navio cruzou a linha do Equador. Lembro-me de que foi realizado um grande jantar respeitando as tradições herdadas desde a época das expedições marítimas portuguesas. Vestimos nossas melhores roupas, como pode ser observado nesta fotografia que ainda guardo como lembrança dessa noite. Os homens de terno e gravata, as mulheres em traje de gala.



Família de Bruno Levi durante as comemorações por ocasião da passagem pela linha do Equador. Vapor Conte Grande, fevereiro de 1939.
Fotógrafo não identificado.
Acervo: Levi/SP; Arqshoah-Leer/USP.

No mesmo navio, vieram outras famílias italianas judias, como os Camerini, os Caló, entre outras. Lembro-me de que parte da família Caló ficou aqui no Brasil e outra foi para Montevideú. De Santos, viemos para S. Paulo que era, ainda, uma cidade provinciana com aproximadamente 800 mil habitantes. Assim que chegamos, fomos a uma recepção na casa de Mayer e lá se encontravam Assis Chateaubriand, Tancredo Neves, Lutero Vargas, Marcondes Filho etc.

Recordo que, dos que conhecíamos, somente a família Corinaldi (que também emigrou para o Brasil nessa época) tinha um edifício em Veneza e que, depois da guerra, lhe foi

devolvido. A filha do Stock, Nora Nagelschmidt, também veio para o Brasil, assim como os Arnstein que tinham dinheiro para aplicar em algo rendoso. Meu pai apresentou-me o engenheiro Lemouche (também refugiado) que havia patenteado um motor elétrico. Foi assim que criaram a Arno.

S. Paulo, nosso destino



Elvira Gutmann Levi, avó de Bruno e Nora Levi. Milão, c. 1938.

Fotógrafo não identificado.

Acervo: Coleção privada de Claudio Finzi. Ente Regionale Patrimonio Culturale della Regione Friuli Venezia Giulia. Disponível em: <<http://www.ipac.regione.fvg.it/asp/ViewProspIntermedia.aspx?idScheda=124793&t-sk=F&tp=vRAP&idAmb=120&idstem=6&C1=LDCM|LDC|Collezione%20privata%20Claudio%20Finzi&-searchOn=0&order=0&START=1>>.

Acesso em: 7 ago. 2017.

Aos poucos, cada qual seguiu seu destino. Instalamo-nos na Rua Vieira de Carvalho, nº 122, no centro da cidade. Meu pai, logo no início, somente podia empregar-se como técnico de racionalização da produção industrial e expansão comercial, atuando como empregado na Fogão Mascote Ltda. Mais tarde, passou a trabalhar com seguros e chegou a possuir uma pequena agência. Levou uma vida modesta, mas conseguiu que seus filhos estudassem. Eu me formei em engenharia pela Politécnica em 1947.

A maioria das famílias italianas que aqui chegaram em fins dos anos 1930 foi residir em casas. Nós fomos uma das poucas – aliás, muito criticadas por isso – que foram morar em apartamento. O nosso estava localizado em um dos raros prédios que existiam na cidade, localizado na Rua Vieira de Carvalho. Foi uma época muito difícil. A família era grande, seis pessoas: minha mãe, meu pai, minha irmã, meus dois avós e eu.

Minha avó Elvira faleceu aqui aos 76 anos de idade. Meu avô faleceu um ano e meio depois, vítima de um câncer na bexiga. Seu último desejo foi ser enterrado junto à esposa, e isso nós conseguimos

Bruno Levi

cinco anos depois. Naquela época, o cemitério israelita ficava ao lado do cemitério católico na Vila Mariana. Transferimos seus restos mortais para junto do muro divisório, satisfazendo assim sua última vontade.

Guardo desse meu avô uma recordação fantástica, foi praticamente ele quem me educou. Pessoa muito culta, proprietário de uma tipografia em Trieste, sem abrir mão de sua crença, conhecia o judaísmo profundamente. Muitas vezes, era ele quem lembrava as regras do judaísmo em casa, dizendo para meus pais coisas que eles não sabiam.

Quando cheguei a S. Paulo, tinha apenas 15 anos. Fui logo estudar no Colégio Dante Alighieri, por causa da língua italiana, pois a escola era extremamente fascista. O diretor



Banquete de casamento de Nora Levi com Giuseppe Anau, o primeiro casamento celebrado na comunidade judaica italiana do Brasil. O segundo da esquerda é o mestre Lionello Morpurgo, o ex-violinista do Verdi Theater em Trieste (assim como diretor do coro da Sinagoga de Trieste), que havia perdido seus empregos após a promulgação das leis raciais. S. Paulo, 1940.

Fotógrafo não identificado.

Acervo: Coleção privada de Claudio Finzi. Ente Regionale Patrimonio Culturale della Regione Friuli Venezia Giulia.

Disponível em: <<http://www.ipac.regione.fvg.it/asp/ViewProspIntermedia.aspx?idScheda=124796&tsk=F&tp=vRAP&idAmb=120&idstem=6&C1=LDCM|LDC|Collezione%20privata%20Claudio%20Finzi&searchOn=0&order=0&START=1>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

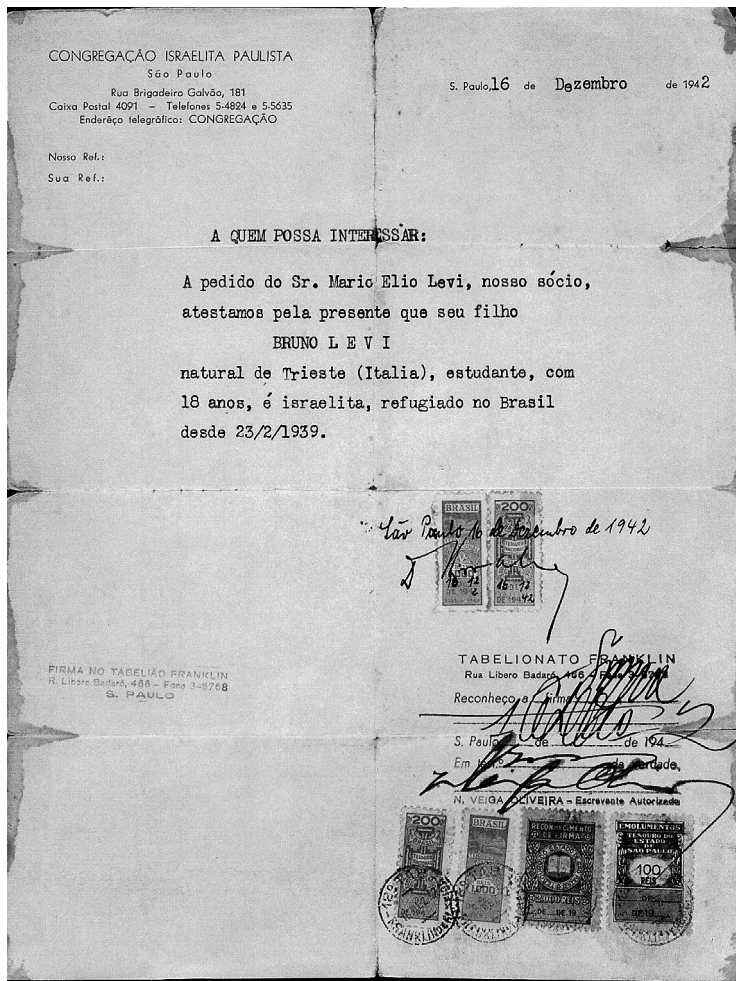
exigia que os alunos, à entrada da escola, fizessem a saudação fascista. Eu me recusei e fui ameaçado de expulsão, mas meu tio Raphael interferiu e fui então dispensado de fazê-lo.

Em seguida, ingressei na Escola Estadual Pedro II, onde terminei o curso ginasial. Aí havia também um diretor extremamente antissemita. Nessa época, tive uma briga com um colega de classe, um tal de Mesquita, que me xingou de “judeu desgraçado” ou algo parecido. Por isso, recebemos como punição uma suspensão de oito dias para mim e de um dia para o outro. Oscar Stevenson, professor de português, uma pessoa excelente, vendo-me sair da escola, perguntou-me o que estava acontecendo. Conteí-lhe o caso e ele disse: “Isso não pode ficar assim. Vamos até a diretoria!”. O resultado foi que o tal do Mesquita e eu fomos suspensos por três dias. Pelo menos foi feita justiça.

Felizmente, aos poucos, os Levi foram ficando bem. Em 1940, minha irmã Nora casou-se com Giuseppe Anau (1913-1981) marcando seu matrimônio com um banquete muito chique.

Na época de Getúlio Vargas, havia, aqui no Brasil, uma forte tendência em favor do Eixo endossando a tácita aliança com Mussolini e Hitler. Naquele momento, fazer qualquer crítica nesse sentido era muito perigoso. Com a entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados, a situação mudou completamente, invertendo-se para nós italianos residentes no Brasil: passamos a ser controlados pelo Deops/SP por sermos italianos. Lembro-me de que devia sempre carregar comigo um documento, fornecido pela Congregação Israelita Paulista (CIP), no qual constava que eu era um “refugiado por perseguições religiosas, apesar de ser italiano”.^A

A- Para o órgão em nível federal, adotamos a sigla Dops – Departamento de Ordem Política e Social, correspondendo à Polícia Política que atuou entre 1924 e 1983 como braço repressor da República brasileira. Deops/SP é a sigla que identifica o Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de S. Paulo. A antiga sede do Deops/SP abriga hoje, no bairro da Luz, o Memorial da Resistência de S. Paulo, cujo projeto foi desenvolvido por Maria Cristina Bruno, Marcelo Araujo e Maria Luiza Tucci Carneiro.



Atestado de boa conduta de Bruno Levi emitido pela CIP onde se lê “israelita, refugiado”.
S. Paulo, 16.12.1942.
Acervo: Levi/SP; Arqshoah-Leer/USP.

O contato dos que chegavam fugindo do nazifascismo era a CIP, onde contávamos com a ajuda do rabino Fritz Pinkuss. Sempre houve esse sistema de ajuda fraterna. Quando íamos viajar para Santos, por exemplo, tínhamos que ter um salvo-conduto que era retirado na polícia. Éramos considerados “súditos do Eixo”. Imagine só... contradições e injustiças!!^A

Da minha família só ficaram na Itália um tio, Giuseppe Brunner, diretor das Assicurazioni Generali, e sua filha Rina. Não conseguimos convencê-lo a emigrar para o Brasil.

A- As séries *Inventários Deops e Histórias da repressão e da resistência* coordenadas por Tucci Carneiro demonstram que os imigrantes italianos foram inicialmente perseguidos como comunistas, socialistas e/ou antifascistas. Com a promulgação de leis nacionalistas em 1938 durante o Estado Novo, o governo Vargas passou a limitar a atuação de instituições fascistas no Brasil, para impedir que continuassem a exaltar a *italianità* no país. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra os países do Eixo, o Dops promoveu intensa vigilância às atividades dos camisas-negras no Brasil, inclusive em S. Paulo. Em dezembro de 1942, a Polícia Política relatava que, assim como o nazismo, o fascismo havia se tornado objeto de suas investigações, assim como todos os italianos radicados no Brasil, potencialmente suspeitos. Ver Pront. 27.804, Fascio de S. Paulo, v. 2. Deops/SP; Apesp; SANTOS, Viviane Terezinha. *Italianos sob a mira da Polícia política: vigilância e repressão no Estado de S. Paulo, 1924-1945*. S. Paulo: Fapesp, Humanitas, Proin/Apesp, 2008.

Vozes do Holocausto



Família de Franca Levi a bordo do navio Augustus rumo ao Brasil, 1939.

Fotógrafo não identificado.

Acervo: Coleção privada de Claudio Finzi. Ente Regionale Patrimonio Culturale della Regione Friuli Venezia Giulia. Disponível em: <<http://www.ipac.regione.fvg.it/asp/ViewProspIntermedia.aspx?idScheda=124794&tsk=F&tp=vRAP&idAmb=120&idsttem=6&C1=LDCM|LDC|Collezione%20privata%20Claudio%20Finzi&searchOn=0&order=0&START=1>> e <<http://www.ipac.regione.fvg.it/asp/ViewProspIntermedia.aspx?idScheda=124795&tsk=F&tp=vRAP&idAmb=120&idsttem=6&C1=LDCM|LDC|Collezione%20privata%20Claudio%20Finzi&searchOn=0&order=0&START=1>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

Achava que estávamos vendo fantasmas... Fantasmas? Por um certo tempo não tivemos mais notícias deles. Um certo dia, recebemos um telegrama de Zurique: Giuseppe e Rina haviam atravessado os Alpes para se salvar. Posteriormente, Rina acabou conhecendo um oficial polonês, do Joint, judeu ortodoxo, em um campo de refugiados na Suíça. Casaram-se e hoje moram em Jerusalém.

No fim dos anos 1930, inúmeras foram as famílias de judeus italianos que se dirigiram para o Brasil. Lembro-me de que vieram os Camerini, que estabeleceram aqui uma firma atacadista de tecidos, localizada na Rua Florêncio de Abreu. Livia Camerini chegou a dar aulas de italiano para minha esposa Anna, que não é de origem italiana. Minha sogra era romena, da Bessarábia, e meu sogro, russo. Nessa imigração, veio minha prima Franca Finzi, casada com Claudio Finzi, proveniente de Buenos Aires. Franca chegou ao Brasil muito pequena e, posteriormente, trabalhou por muitos anos na Escola Peretz. Faleceu em 2002.

Profissionalmente, posso dizer que fui bem-sucedido: tive uma fábrica de impermeabilizantes durante 30 anos e, depois, tornei-me diretor de uma famosa empresa de turismo. Fui fundador e diretor da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e, por duas vezes, presidente do Instituto Brasileiro de Impermeabilização. Comunitariamente me dediquei muito à B'nai B'rith, na qual sou ativo até hoje, tendo sido presidente nacional e da seção latino-americana. Desde 1949 sou casado com Anna (nascida Kulikovsky), tenho três filhos e cinco netos. Todos bons brasileiros e bons judeus!



Bruno Levi discursando no Chile em solenidade promovida pela B'nai B'rith, s. d.
Fotógrafo não identificado.
Acervo: Levi/SP; Arqshoah-Leer/USP.